



PARECER N.º 006/19 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Projeto de Lei do Executivo n.º 023/19 que, “Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Formosa-GO para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências”.

Relator: Ver. Rafael Barros

I – Relatório

O Poder Executivo apresenta projeto de lei que Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Formosa-GO para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências.

II – Análise

O projeto encontra amparo na Constituição Federal, art. 165, inciso III, que atribui competência ao executivo para estabelecer o orçamento anual, vejamos:

Art. 165 Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;*
- II - as diretrizes orçamentárias;*
- III - os orçamentos anuais;*

No tocante à iniciativa, repetindo o comando constitucional, a Lei Orgânica do Município de Formosa, em seu art. 69, inciso VIII, alínea “c”, atribui ao Prefeito Municipal a competência para estabelecer o orçamento anual, *verbis*:

Art. 69 Compete ao Prefeito:

VIII - enviar à Câmara Municipal, observando o disposto nas Constituições Federal e Estadual, projetos de lei dispostos sobre:

- a) plano plurianual;*
- b) diretrizes orçamentárias;*
- c) orçamento anual;*

Deve ser dito que o projeto de lei fixa as prioridades e metas para o ano seguinte apresentam orientações para a elaboração da lei orçamentária, dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, estabelece normas relativas ao controle de custos, transferências de recursos para entidades privadas trazem dispositivos para avaliação de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, enfim, fixa as metas e prioridades a serem observadas no momento da lavratura da LDO, através do balanceamento das estratégias traçadas pelo executivo e as reais possibilidades que vão se apresentando ao longo de sua gestão.

Dessa forma, do ponto de vista de iniciativa e legalidade, o projeto encontra-se em sintonia com a Constituição Federal e Lei Orgânica do Município de Formosa, estando, portanto, apto a seguir para votação.



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER N.º 006/19 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, 22 DE OUTUBRO DE 2019.

III – Técnica Legislativa

Quanto à técnica legislativa, a matéria mostra-se correta, sem necessidade de apresentação de emenda técnica.

Logo, verifica-se que o projeto atende aos requisitos constitucionais, de modo que nada impede sua tramitação.

IV – Voto

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma, e, no mérito, também pode ser submetido ao plenário.

Por isso, voto pela sua aprovação.

Câmara Municipal de Formosa, 22 de outubro de 2019.



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER N.º 006/19 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, 22 DE OUTUBRO DE 2019.

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO
PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Finanças e Orçamento opinou pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 023/19.

Câmara Municipal de Formosa, 22 de outubro de 2019.

Presidente

Vice-Presidente

Relator